

# A INSERÇÃO DA REDE DE ENSINO NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA EM SANTA MARIA, RS

OLIVEIRA, Douglas Casarotto de –UFSM  
douglascasarotto@hotmail.com

Área Temática: Violências nas escolas: complexidade, diversidade e multirreferencialidade  
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

## **Resumo**

Partindo de pressupostos teóricos apresentados por Edgar Morin e de reflexões sobre a sociedade atual apresentadas por Alain Touraine, entendemos que é um desafio para a escola atual estar atenta às demandas sociais contemporâneas. A partir de diferentes tratados e legislações nacionais e internacionais criados no século XX, a Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes passou a ser considerada um fenômeno social que deve ser enfrentada por um conjunto de instituições e serviços, dentre eles a Escola, de maneira a constituírem uma Rede de Proteção. Partindo dessa perspectiva, este artigo relata uma experiência realizada no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, ocorrida no ano de 2006, onde diversas instituições construíram coletivamente uma proposta de enfrentamento a Violência Sexual Doméstica que teve como objetivo inserir a escola na Rede de Proteção. A introdução do artigo aborda a relação entre Violência Sexual e escola a partir de um caso concreto ocorrido em Santa Maria. Em seguida, o texto explicita o conceito de Violência Doméstica e apresenta uma problematização acerca da função da escola na atualidade. Num terceiro momento, o artigo apresenta a noção de trabalho em rede e de como fazer para que ele possa acontecer de forma efetiva. No momento posterior, apresentamos a experiência propriamente dita, onde pode ser percebido como operaram os conceitos apresentados no cotidiano da elaboração do projeto denominado: “A Escola Interrompendo o Ciclo da Violência Sexual”. Por fim é enfatizada a necessidade das escolas estarem atentas as demandas sociais, dentre elas a da Violência Doméstica, e articuladas com outras instituições e políticas públicas de forma que essa parceria possa assegurar a realização de sua função educativa sem perder de vista as situações vivenciadas pelos alunos que apontam para necessidades de proteção e cuidado devem ser buscados para além dos limites da escola.

**Palavras-chave:** Escola; Violência Sexual Doméstica; Trabalho em Rede.

## **Introdução**

Renata tem nove anos de idade e está na segunda série. Tem uma irmã de oito anos e um irmão de três. Mora com os pais e irmãos. A mãe é auxiliar de enfermagem e o pai é pedreiro. Frequenta a mesma escola desde a pré-escola. Há dois anos, começou a apresentar mudanças em seu comportamento na escola, passando a ser assunto na sala dos professores.

Após um episódio onde a professora a vê desenhando pessoas com órgãos genitais ricos em detalhes e características, demonstrando um conhecimento além do normal para sua faixa etária, fazem uma reunião discutir sobre a situação da menina. Nesta, participam seus professores de séries anteriores e a equipe diretiva. Dentre as mudanças observadas por todos, destacam as seguintes: Renata tornou-se uma criança instável, passando a chorar frequentemente e aparentando estar sempre tensa. Em relação aos colegas em certos momentos tem sido agressiva, preferindo isolar-se em suas brincadeiras. Apresenta um baixo rendimento escolar, tendo dificuldades de concentração e aprendizagem. Em conversa com a mãe, a atual professora tomou conhecimento de que a criança tem apresentado um sono agitado e perturbado por pesadelos, além de um quadro de enurese que ocorre a mais de um ano. Ao longo da reunião, os professores procuraram respostas para a seguinte questão: O que está acontecendo com Renata? Ao final da reunião, ansiosos, os presentes levantam a suspeita de que a menina tenha sido vítima de Violência Sexual. A partir dessa suspeita, uma nova questão se evidenciou: O que a escola deve fazer nesse caso?<sup>1</sup>

Situações como a apresentada acima, onde crianças vítimas de Violência sexual manifestam sintomas e sinais na escola, são comuns no cotidiano das escolas. Com muita frequência, também ocorre a situação onde a escola leva um grande tempo para agir em relação a uma suspeita de Abuso Sexual (nesse caso, dois anos), e quando se decide por isso, desconhece os procedimentos adequados em relação a abordagem do assunto, seja com a criança, com a família ou com as demais instituições encarregadas proteção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Visando a criação de um trabalho que auxilie as escolas a lidarem com situações como essa, assim promovendo a inserção efetiva da Rede de Ensino de Santa Maria na Rede de Proteção a Criança e o Adolescente e assim no Enfrentamento a Violência Doméstica contra Crianças Adolescentes, no ano de 2006 foi desenvolvido no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, um projeto denominado “A Escola Interrompendo o Ciclo da Violência Sexual”. Sua apresentação no decorrer do texto servirá como dispositivo para destacar a forma e os pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam a organização desta atividade e, por conseqüência, da Rede de Enfrentamento a Violência em Santa Maria. Assim

---

1 O caso de Renata ocorreu em Santa Maria. Alguns dados foram alterados para fins didáticos. A situação na escola é hipotética. O caso foi utilizado como dispositivo na 2ª Oficina do Curso apresentado neste Artigo. O nome da criança foi alterado.

sendo, este texto trata-se de um relato que valoriza e registra o início da construção deste processo, muito mais de que seus resultados efetivos, que provavelmente se apresentarão a médio e longo prazo em função da complexidade das mudanças exigidas.

### **Um novo desafio para as escolas**

Atuando em um contexto onde a violência torna-se a cada dia mais presente no cotidiano da população, cabe às diferentes instituições da sociedade uma reflexão e a busca do seu papel no enfrentamento a essa situação, para que a partir daí possam ser criadas práticas que auxiliem na construção de uma sociedade voltada para a cultura da paz e de respeito aos direitos humanos. Partindo deste pressuposto, as Escolas têm uma função fundamental no enfrentamento a violência e, mais especificamente, no que diz respeito a Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes – VDCA -, tema do qual trata esse texto. Violência que está presente na vida de muitas crianças e adolescentes que freqüentam as escolas do país e que, segundo Azevedo & Guerra (1998, p.23) consiste:

numa transgressão do poder disciplinador de um adulto, convertendo a diferença de idade adulto-criança/adolescente numa desigualdade de poder intergeracional; numa negação do valor liberdade: ela exige que a criança ou adolescente sejam cúmplices do adulto num pacto de silêncio; num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, submetendo-os ao poder do adulto, coagindo-os a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste.

Apesar de terem características em comum, existem diferentes formas de VDCA: Violência Física Doméstica, Violência Psicológica Doméstica, Violência Sexual Doméstica, Negligência Doméstica e Violência Fatal Doméstica(Azevedo & Guerra, 2007a). Para que se realize um trabalho efetivo de enfrentamento a cada uma delas é fundamental que se considere suas diferenças e especificidades. Assim, para uma melhor compreensão acerca do processo de criação de uma experiência voltada ao enfrentamento da Violência Sexual Doméstica torna-se necessária alguns esclarecimentos acerca deste fenômeno. Quanto a definição, para Azevedo e Guerra (2000) a Violência Sexual Doméstica contra Criança e Adolescentes (VSDCA) é

Todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos (com relação de consangüinidade, afinidade e/ou responsabilidade quanto à vítima) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança/adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou a de outra pessoa. (pág. 11)

Quanto a natureza do fenômeno ele ocorre geralmente em famílias com uma determinada dinâmica de funcionamento denominada de família incestogênica. Nessas famílias as trocas afetivas se dão de forma erotizada, a comunicação não é aberta, o que possibilita a criação e manutenção de um silêncio sobre o assunto, há uma discriminação dos papéis de gênero, sendo a mulher-criança tomada como objeto sexual não há definições claras acerca dos limites inter e intrageracionais. (Azevedo e Guerra, 2007a). Em relação ao perfil específico da VSDCA no Brasil há poucos dados e pesquisas disponíveis. Contudo, considerando-a no contexto geral da VDCA, Azevedo e Guerra (2007a) definem o perfil do fenômeno como: extenso, sendo estimado que 20% das mulheres e 10% dos homens tenham sido vítimas da Violência Sexual antes dos 18 anos; grave, em função do impacto na vida das vítimas; desigual, pois incide preferencialmente sobre crianças e adolescentes que vivenciam contextos adversos de desenvolvimento em função de idade, pobreza, gênero, etnia; endêmico, por estar arraigado na cultura do país.

Diante da complexidade deste fenômeno, muitas são as razões para a Escola se inserir neste enfrentamento. Uma delas ocorre em uma função da lei que determina que as escolas ajam nos casos de VDCA. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos de Ensino a comunicar o Conselho Tutelar em caso de suspeita de VDCA, chegando a fixar multa para os responsáveis pelos estabelecimentos que deixarem de exercer essa função. E não é somente por determinação de dispositivos legais que as escolas são chamadas a essa tarefa. Afinal, a VDCA acarreta problemas sociais em diversos âmbitos da sociedade e, em relação à Educação, muitas vezes está na raiz de fenômenos como o aumento da evasão escolar, os transtornos de conduta e aprendizagem e a violência no âmbito escolar (CORSI, 2003).

Além disso, pensadores contemporâneos como Edgar Morin e Alain Touraine, ao remeterem se ao papel da educação e da escola na atualidade, reforçam a idéia de que suas propostas e ações devem ser voltadas às demandas sociais e principalmente aos problemas sociais, para que a partir daí essas práticas formem sujeitos capazes de alterar essas realidades. Em sua obra *Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro* (2004), Morin

propõe que a educação do futuro deve proporcionar o desenvolvimento do que ele denomina de “inteligência geral”, apta a referir ao seu contexto, ao global ao multidimensional e ao complexo. Uma educação que proporcione este tipo de pensamento só ocorrerá, na medida em que as práticas escolares estimulem os educandos para uma construção de conhecimentos vinculados a sua realidade, a um projeto de sociedade que não tolere a violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente e que reforce valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança. Já Touraine, em sua obra *Um Novo Paradigma: Para compreender o mundo de hoje* (2006), critica a idéia de que a escola seja um lugar somente para o aprendizado de conteúdos e propõe que a escola seja um lugar de formação de atores sociais e, mais profundamente ainda, de sujeitos pessoais. Para isso, aponta para uma educação que leve em consideração as condições nas qual a criança forja uma imagem de si mesma e de seu futuro direcionando-se, além das disciplinas, para assuntos antes eram relegados ao domínio da vida privada, como a religião, a sexualidade, a política ou a Violência Doméstica.

Assim, com este desafio de inserir-se no enfrentamento a VDCA, surge às escolas a necessidade de criação de práticas cotidianas que dêem conta desse desafio. Contudo, é importante destacar que não são ações pontuais e isoladas realizadas pela escola que irão dar conta da complexidade exigida ao enfrentamento da VDCA. Pelo contrário, qualquer ação realizada na escola deve levar em conta um contexto mais amplo, onde haja uma busca perseverante de um alto nível de organização, coordenação e interação entre as diferentes instituições que trabalham com a temática, ou seja, onde haja a busca de um trabalho em Rede.

### **O trabalho em Redes: como ativá-lo?**

A partir da 2ª metade deste século XX, no contexto de luta pelos Direitos Humanos, intensificaram-se também as lutas pelos direitos da criança. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a II Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959) e a Convenção Sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), ratificada pelo Brasil em 1990, são exemplos das declarações e Convenções que consolidam a chamada Doutrina da Proteção Integral e o conceito da criança como sendo sujeito de direitos.(GOMES, 2007)

No Brasil, foi a Constituição de 1988 o documento que consolidou juridicamente estes princípios. O artigo 227 (p.148) define então os pressupostos dessa doutrina:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao Adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, À saúde, À alimentação, a educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Além da Constituição, a lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também teve um papel fundamental especificando diversos aspectos da Doutrina da Proteção Integral, sendo o dispositivo legal que potencializou a criação de diferentes órgãos a serem encarregados da operacionalização da lei, como os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança, os Conselhos Tutelares, os Juizados da Infância e Juventude e as Delegacias especializadas, o que denominamos de Rede de Proteção a Criança e o Adolescente. Através dela é que atualmente realiza-se o Enfrentamento a Violência contra Crianças e Adolescente.

Apesar da Rede de Proteção ser constituída por diferentes órgãos, o que constitui uma Rede Física, é sua forma de funcionamento que determinará o sucesso ou não das práticas empregadas no enfrentamento à violência. É comum que cada órgão, tendo em vista sua especificidade, atue isoladamente, entrando em contato com os órgãos que também atendem os mesmos casos em poucos momentos, limitando-se ao comparecimento em uma audiência, ao envio de um laudo, a um depoimento. Nessa forma de atuação, com ações pontuais realizadas conjuntamente, o Enfrentamento a VDCA frequentemente limita-se também a atuações em nível de prevenção terciária, ou seja, ao atendimento dos casos já notificados. Apesar de importantes, estas práticas acabam por não atingir a maioria dos casos, que são os não notificados, e também não atinge a cultura da população, deixando intactas as raízes da VDCA. Atuando dessa forma, pode-se dizer que não há um trabalho em Rede.

No artigo, Como organizar redes de combate à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, Viviane Guerra (2006) apresenta uma perspectiva o funcionamento de Redes. Para a autora, colocadas em funcionamento as redes “rompem o isolamento das pessoas e das organizações, evitam a duplicação de ações e viabilizam a realização de atividades integradas porque atuam de maneira sistêmica e sinérgica” (GUERRA, 2006). Esta noção de Rede é, na verdade, uma forma de organização pautada pela ética<sup>2</sup>, com estrutura horizontal<sup>3</sup>, autônoma,

---

<sup>2</sup> “Ética é a arte de escolher o que convém melhor à vida digna de todos, isto é, fazer possíveis todos os direitos humanos” (Toro & Rodriguez, 2001).

<sup>3</sup> Uma das características mais marcantes das redes desta natureza é a sua forma não piramidal, que não combina com a elaboração de estatutos, regimentos porque estes dispositivos conduzem ao engessamento, ao controle, ao poder hierárquico.

na qual a participação é incentivada, a diversidade valorizada e o protagonismo desenvolvido.( SCHINTLER, 2004 apud GUERRA, 2006). Dessa forma, o funcionamento da Rede não se dá simplesmente pela existência das diferentes instituições, mas pela maneira como elas se relacionam. Nesse caso, cada uma com uma dinâmica própria de operar, pode-se dizer que uma mudança nas relações interinstitucionais dificilmente ocorrem espontaneamente. É aí que dois conceitos utilizados na experiência relatada a seguir tornaram-se úteis como suporte para a potencialização de um trabalho em Rede, o de Produtor Social e o de Gestão Colegiada.

O Produtor Social, segundo Toro & Rodrigues(2001) é a instituição que tem capacidade de criar condições econômicas, organizacionais, técnicas e profissionais para que um processo comunicativo aconteça. Na experiência que trata esse artigo, o papel de Produtor Social coube ao Acolher Sentinela – Serviço de Cuidado e Prevenção a Violência Física, Psicológica e Sexual de Crianças e Adolescentes e suas Famílias que, em abril de 2006, o Acolher convidou diferentes órgãos componentes da Rede de Proteção a Criança e o Adolescente para a criação de uma reunião para a apresentação do seu projeto de funcionamento. A partir deste, o grupo passou a se encontrar semanalmente e a discutir estratégias conjuntas para ações preventivas. Ao longo de encontros semanais, os órgãos que passaram a participar efetivamente do que denominamos Comissão Sentinela foram o Conselho Tutelar Leste, o Conselho Tutelar Oeste, o Conselho Tutelar Centro, a Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente, a Secretária de Município de Educação (SMED) e o Serviço Acolher Sentinela.

Além importância do produtor social, cabe destacar que há de se buscar um método de trabalho que possibilite que a Rede possa construir conjuntamente seu modo de operar. No caso desta experiência o método utilizado foi embasado nos princípios da Gestão Colegiada (Campos, 1998), idealizado para gestão redes de Saúde e transposto para a realidade da Rede de Proteção. Para o autor, é uma forma de gestão onde todos os participantes devem cumprir funções executivas, operacionais, de controle, cabendo-lhes tanto assegurar o cumprimento das deliberações, quanto tomar decisões que os espaços colegiados não houvessem trabalhado. Este método busca combinar interesses de usuários, técnicos e instituições, facilita o cumprimento dos objetivos comuns, bem como aumenta o compromisso das pessoas envolvidas. Ou seja, para Campos, esse método de gestão é um dispositivo para o Efeito Paidéia, entendido como “um processo social e subjetivo em que pessoas ampliam a

capacidade de compreender-se a si mesmos, aos outros e ao contexto, ampliando, em consequência, a possibilidade de agir sobre estas relações”(Campos, 1998).

### **Reverendo antigas práticas**

"A Escola Interrompendo o Ciclo da Violência Sexual". É o nome da experiência apresentada neste artigo e, mais que isso, podemos dizer que é o objetivo geral da realização de tal experiência. Foi realizada no município de Santa Maria, através de um espaço de colegiado onde diferentes instituições se reuniram em 5 encontros a fim de discutir, problematizar, trocar experiências e assim potencializar um trabalho em Rede coordenado e eficiente no combate a este problema social. Ocorreu em duas edições, no mês de agosto e setembro de 2006, em sua primeira edição e em novembro e dezembro de 2006 em sua segunda edição, contando com a participação de 21 escolas da Rede Municipal e Estadual de Ensino. Trata-se de uma ação a nível de prevenção secundária (Azevedo e Guerra, 2007b), pois se propõe a qualificar os profissionais da escola para atuação na identificação precoce dos casos de Violência Sexual Doméstica.

A metodologia utilizada foi construída em reuniões semanais ocorridas entre abril e dezembro de 2006, onde participaram psicólogos, assistentes sociais, conselheiros tutelares, policiais civis, coordenadora da área de inclusão da Secretaria de Município de Educação (SMED), representando diferentes órgãos integrantes da Rede de Proteção a Criança e o Adolescente, a saber: Serviço Acolher Sentinela, Conselhos Tutelares, SMED, permanentemente, além da Delegacia de Proteção a Criança e o Adolescente (DPCA), do Abrigo de Meninos e Meninas, Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente(COMDICA), eventualmente.

Ao longo dos encontros foram discutidas as formas que cada órgão trabalhava o tema Violência Sexual nas Escolas sendo que após 2 meses de trabalho, decidiu-se por uma mudança nas estratégias de prevenção adotadas. A partir da maioria das experiências relatadas, concluiu-se que a principal prática nas escolas era a de palestras informativas ou aulas expositivas. Os profissionais iam até a escola e lá falavam para os educadores sobre a Violência, sobre o Estatuto da criança e do Adolescente, sobre métodos de identificação da violência, cada um com ênfase na sua prática específica. No grupo, ao avaliar as ações até então propostas constatou-se que estas tinham pouco efeito sobre a comunidade escolar e que



uma experiência que objetivasse a inserção das Escolas no enfrentamento da Violência Sexual deveria levar em conta os seguintes aspectos

Que as escolas podem aumentar o número de encaminhamentos, visto a que a é o lugar onde a criança passa mais tempo depois de sua casa sendo, portanto, um local privilegiado para a detecção de casos de VDCA. Que, além da identificação precoce dos casos, as escolas podem aumentar as atividades preventivas primárias com educadores pais e alunos. Segundo Azevedo e Guerra (2007b), a Educação Sexual é uma das principais estratégias para a prevenção da Violência Sexual Doméstica, sendo mais eficaz quando realizada pelas Escolas do que quando realizada em Programas de Saúde, em função dos últimos serem voltados a problemas específicos como gravidez na adolescência, métodos contraceptivos dentre outros.

Que, além de conter informações, o curso deveria oferecer um espaço de sensibilização e discussão sobre tema com o objetivo de romper com a barreira da indiferença que muitas vezes se encontra em relação a VDCA. Indiferença assentada em raízes ideológicas e/ou psicológicas (Azevedo e Guerra, 2007a). A primeira, representada pelo mito da “sagrada família”, que nega a existência desse fenômeno ou então pela idéia de que a VDCA é característica da infância pobre, o que também atribui o fenômeno como sendo um problema de classes social. A segunda, deriva da atitude de não querer envolver-se em função das conseqüências institucionais que acarretam ,ou então pelas concepções aprendidas pelas próprias experiências pessoais com a VDCA. Que houvesse na escola profissionais com um conhecimento mais aprofundado sobre o tema e que poderiam atuar como agentes multiplicadores dos conhecimentos construídos. Essa escolha foi feita pelo grupo para viabilizar o curso para o maior número de escolas, num menor tempo possível. Enfim, que a comunidade escolar deveria ter um maior conhecimento sobre o funcionamento da Rede de Proteção a Criança e o Adolescente, tendo em vista que é fundamental que pessoas que atuam na escola compreendam todo o processo que ocorre depois que um caso de VDCA é encaminhado, e faça parte da rede de cuidados que deve se estabelecer para a proteção integral da criança vítima de VDCA.

Para dar conta dessas necessidades definimos que:

A intervenção seria realizada em mais de um encontro;

A intervenção seria focada em pessoas específicas dentro da escola, o orientador educacional e os supervisores pedagógicos, devido ao seu trabalho demandar um contato permanente com os outros profissionais da escola;

O modo de abordagem dos assuntos buscaria a interação com os participantes através de recursos lúdicos, como jogos, dramatizações, dinâmicas de grupo visando despertar o interesse dos participantes e que os estimular a falar sobre a realidade de suas escolas;

Seria composto por 4 oficinas de 2 horas de duração cada, para dar conta dos assuntos que consideramos importantes;

Cada encontro teria uma estrutura básica que poderia ser modificada de acordo com as demandas do grupo.

O mesmo participante deve participar de todos os encontros.

A primeira edição (plano piloto) teria participantes de 16 escolas, no máximo, pois um número maior que esse poderia comprometer a participação e a escuta de todos integrantes.

As escolas participantes seriam escolhidas pelos Conselhos Tutelares, de acordo com a sua área de atuação (Centro, Leste, Oeste)

Quanto a organização interna definiu-se o seguinte:

Que os facilitadores seriam os integrantes da Rede de Proteção com experiência na condução de grupos, no manejo de eventuais conflitos e com domínio dos conceitos trabalhados.

Que haveria três funções a serem desempenhadas na condução da ação: um coordenador, responsável pela abertura dos encontros, pela condução das dinâmicas, fomento das discussões e apresentação de conteúdos, um auxiliar de coordenação, com a função de ajudar o coordenador em suas intervenções e um relator, encarregado de aspectos burocráticos e de anotar as falas, reações e manifestações que serão utilizadas para compreensão do funcionamento do grupo e para a estruturação dos encontros seguintes.

Enfim, após os encontros e reflexões coletivas acerca de como deveria ser uma intervenção que objetivasse inserir a Rede de Ensino no enfrentamento a Violência Sexual Doméstica contra Crianças e Adolescentes foi elaborada a seguinte programação da experiência denominada “A escola Interrompendo o Ciclo da Violência Sexual”.

**Tabela 1 - 1º Encontro**

Titulo	<b>O Fenômeno da Violência e Exploração Sexual</b>
Objetivo	Sensibilizar os profissionais da Educação para o tema e problematizar aspectos específicos do fenômeno da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes;

Roteiro	<p>Apresentação da proposta do curso;  Apresentação entre participantes e suas funções nas escolas  Exibição de um documentário específico sobre violência e exploração sexual de crianças e adolescentes  Discussão conjunta de sentimentos e impressões;</p>
---------	--

**Tabela 2 – 2º Encontro**

Titulo	<b>O Olhar da Escola Sobre a Violência Sexual</b>
Objetivo	<p>Conhecer as formas de intervenções realizadas no cotidiano escolar pelos educadores;  Problematizar a forma como os casos de violência sexual são abordados no cotidiano escolar;</p>
Roteiro	<p>Retomada da discussão realizada no encontro anterior  Apresentação e discussão de um caso de suspeita de violência sexual em aspectos relativos à escola (pequenos grupos)  Realização de uma dinâmica para a apresentação das conclusões dos grupos  Discussão do caso e início da apresentação de ferramentas conceituais e metodológicas de abordagem do fenômeno em ambiente escolar</p>

**Tabela 3 - 3º Encontro**

Titulo	<b>Reconhecendo sinais e sintomas</b>
Objetivo	<p>Apresentar e discutir conceitos que auxiliem a compreensão da dinâmica do abuso sexual para a criança e sua família;  Instrumentalizar os participantes do curso para identificação de suspeitas de violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar;</p>
Roteiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discussão sobre o encontro anterior;</li> <li>- Relato e discussão de casos que já ocorridos nas escolas;</li> <li>- Apresentação de material em power point sobre sinais e sintomas de crianças a adolescentes abusados sexualmente;</li> <li>- Apresentação do documentário “Canto de Cicatriz”</li> </ul>

**Tabela 4 - 4º Encontro**

Titulo	<b>A Trajetória da Denúncia: Desvendando a Rede de Proteção</b>
Objetivo	<p>Apresentar o percurso institucional de uma suspeita de abuso sexual fora do ambiente escolar;  Discutir o funcionamento e a realidade dos órgãos por onde a suspeita de abuso sexual percorre;</p>
Roteiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discussão sobre o encontro anterior;</li> <li>- Apresentação da Rede de Proteção</li> <li>- Dramatização pelos participantes do que entendem como funcionamento dos seguintes órgãos: Serviço Acolher, Conselho Tutelar, Delegacia de Proteção a Criança e o Adolescente</li> <li>- Discussão e esclarecimento sobre a forma de funcionamento de cada órgão;</li> </ul>

**Tabela 5 - 5º Encontro**

Titulo	<b>Estratégias de Prevenção no Cotidiano Escolar</b>
Objetivo	<p>Criar um espaço para discussão de estratégias de prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes em ambiente escolar:</p>
Roteiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discussão sobre o encontro anterior;</li> <li>- Discussão conceitual sobre prevenção</li> <li>- A prevenção nos diferentes espaços escolares: pais, alunos e educadores</li> <li>- A violência sexual no plano pedagógico: um tema transversal necessário</li> </ul>

Para a abordagem dos temas desta programação utilizou-se como material de apoio denominado “Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, produzido e distribuído pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação.

### **Considerações Finais**

“Quando os educadores percebem os casos de violência sexual na escola? Quando toda vila já está sabendo o que aconteceu!”<sup>4</sup>

A fala apresentada acima indica como a maioria das escolas e dos educadores lida com a realidade dos casos de Violência Sexual vivenciadas pelos seus alunos. Diante desta situação, é fundamental que sejam construídas práticas que contribuam para que a Escola assuma sua função no enfrentamento a VDCA. Função urgente, determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em termos legais, determinada pelos prejuízos da VDCA para a vida educandos, para o cotidiano escolar e para a sociedade em geral, e mais especificamente, pela necessidade de que a escola tenha uma educação atenta aos problemas sociais e voltada para a formação de cidadãos capazes de criar uma sociedade que garanta o respeito aos direitos humanos, negados das crianças vitimadas pela VDCA.

Para que essas práticas sejam efetivas é fundamental que elas levem em conta a complexidade do cotidiano de todas as instituições componentes da Rede de Enfrentamento a VDCA, a necessidade de uma atuação conjunta, as especificidades do fenômeno, das intervenções e do papel de cada integrante, bem como uma abertura e uma compreensão da importância do trabalho colegiado.

O processo apresentado neste texto remete-se a uma experiência criada a partir destas premissas. Se os resultados práticos em relação a um aumento dos encaminhamentos dos casos de suspeita de VDCA realizados pelas escolas ainda não são expressivos, um outro resultado, base para o primeiro, referente ao nível de organização e de interação entre as diferentes instituições que atuam com essa problemática, estão acontecendo desde que a 1ª Edição do curso “A escola Interrompendo o Ciclo da Violência Sexual”. Afinal, ao proporcionar encontros entre os profissionais das diferentes instituições que assim puderam trocar experiências, afetos, conhecimentos, ele proporcionou também a criação do sentimento

---

<sup>4</sup> Fala de um orientador educacional na oficina nº 1.

e da idéia de que a forma de atuação mais adequada e efetiva é aquela que reforça a interdependência e o define papel de todas as instituições no Enfrentamento a VDCA.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V.N.A. Com licença, vamos à luta – Guia de Bolso, Telelacri, 1998.

AZEVEDO, Maria. A.; GUERRA, Viviane. N. A. Infância e Violência Doméstica: Guia Prático para Compreender o Fenômeno: pondo os pingos nos Is. São Paulo: LACRI/SPA/IPUSP, 2007(a).

\_\_\_\_\_. Guia prático para prevenir o fenômeno: interrompendo o circuito. São Paulo: LACRI/SPA/IPUSP, 2007(b).

BRASIL, Constituição. Constituição: Republica Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988

CAMPOS, G. Wagner de Sousa. O anti-Taylor: sobre a invenção de um método para co-governar instituições de saúde produzindo liberdade e compromisso. *Cad. Saúde Pública*, Oct./Dec. 1998, vol.14, no.4, p.863-870. ISSN 0102-311X.

GOMES, V. M. S. Formação de Conselheiros em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

\_\_\_\_\_, Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

GUERRA, V.N. A. Como Organizar Redes de Combate a Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, SP, 2006. Disponível em [www.palmadajera.com](http://www.palmadajera.com). Acesso em 20-02-2007.

MORIN, E.. Os Sete Saberes Necessários para a Educação do Futuro. 9ª Edição, São Paulo: Cortez, 2004.

TORO, B. & Rodriguez, M. La comunicación y la movilización social en la construcción de bienes públicos, Bogotá, BID, 2001.

TOURAINÉ, A. Um novo paradigma: Para compreender o mundo de hoje – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.